

O LUGAR DO CONSELHEIRO: LÉXICO E PENSAMENTO POLÍTICO NA ARTE DE REYNAR

Tawanny Ferreira Tito ¹, Flávio Antônio Fernandes Reis ²

RESUMO

Este trabalho analisa o vocábulo “conselheiro” no Livro V da Arte de Reynar (1644), de Antonio de Carvalho de Perada, dedicado a D. João IV logo após a Restauração da Independência de Portugal. Inserido na tradição dos *specula principis* — manuais de formação moral e política de príncipes — o tratado descreve as qualidades indispensáveis aos ministros do governo, especialmente os conselheiros, para garantir a estabilidade do reino. A pesquisa investiga como o termo “conselheiro” participa da construção do poder régio, articulando linguagem, política e religião. O estudo parte de uma perspectiva histórico-discursiva, segundo João Adolfo Hansen (2006), entendendo que as palavras adquirem sentido nas práticas sociais de seu tempo. Dialoga ainda com Ana Isabel Buescu (1996), que lê os espelhos de príncipe como pedagogia da corte, e com Aristóteles, cujas ideias de prudência e discurso deliberativo sustentam a importância da deliberação coletiva. Os resultados evidenciam que, para Perada, “das pessoas mais que das leis depende a felicidade da república”, situando o conselheiro como mediador entre rei e reino, figura que condensa virtude cristã e razão política. Assim, a análise do léxico revela a fusão entre moralidade, retórica e governo, contribuindo para a compreensão do pensamento político luso-brasileiro do século XVII e para a História das Ideias Linguísticas.

PALAVRAS-CHAVE: Arte de Reinar, conselheiro, discurso político, espelhos de príncipe, léxico.

THE PLACE OF THE COUNSELOR: LEXICON AND POLITICAL THOUGHT IN THE ART OF REIGNING

ABSTRACT

This study examines the term “conselheiro” (“counselor”) in Book V of *Arte de Reynar* (1644), written by Antonio de Carvalho de Perada and dedicated to King João IV

¹ Graduanda em Letras Modernas – Inglês, Português e Respektivas Literaturas, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. Voluntária de Iniciação Científica, vinculado ao Projeto de Pesquisa “Escritas dessuetas: práticas letradas em língua vernácula portuguesa dos séculos XV ao XVIII: matérias, formas e edições”.

² Professor de Literatura Portuguesa e Letras Luso-Brasileiras no Departamento de Estudos Linguísticos e Literários da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. Graduado em Letras pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre e Doutor em Literatura Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP). Coordenador do Projeto de Pesquisa “Escritas dessuetas: práticas letradas em língua vernácula portuguesa dos séculos XV ao XVIII: matérias, formas e edições”.

shortly after Portugal's Restoration of Independence. Inserted in the tradition of *specula principis*—handbooks for the moral and political education of princes—the treatise defines the essential qualities of royal ministers, especially counselors, as key to the kingdom's stability. The research investigates how the word “conselheiro” helps construct royal power, linking language, politics, and religion. Adopting a historical-discursive perspective, following João Adolfo Hansen (2006), it treats words as historically situated practices. It also dialogues with Ana Isabel Buescu (1996), who interprets mirrors for princes as courtly pedagogy, and with Aristotle, whose notions of prudence and deliberative discourse emphasize collective decision-making. Findings show that, for Perada, “the happiness of the republic depends more on persons than on laws,” making the counselor a mediator between king and realm, embodying Christian virtue and political reason. The lexical analysis thus reveals the fusion of morality, rhetoric, and governance, contributing to the understanding of seventeenth-century Luso-Brazilian political thought and to the History of Linguistic Ideas..

KEYWORDS: Art of Reigning, counselor, lexical studies, mirrors for princes, political discourse.

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta os primeiros resultados da pesquisa em andamento intitulada *O Lugar do Conselheiro: Léxico e Pensamento Político na Arte de Reynar*, desenvolvida no projeto *Escritas dessuetas: práticas letradas em língua vernácula portuguesa dos séculos XV ao XVIII: matérias, formas e edições*, sob orientação do professor Flávio Reis. O estudo concentra-se no Livro V do tratado *Arte de Reynar*, publicado em 1644 por Antonio de Carvalho de Perada e dedicado a D. João IV, primeiro monarca da dinastia de Bragança. Escrito logo após a Restauração da Independência de Portugal (1640), o texto insere-se na tradição europeia dos *specula principis* — manuais de formação de príncipes que combinam política, retórica e teologia. Ao endereçar sua obra ao “rei restaurador”, Perada propõe um programa de governo cristão e prudente, no qual a figura do conselheiro assume papel central. A pesquisa parte da pergunta: como o léxico político participa da construção do poder régio? Observa-se o vocábulo “conselheiro” como operador de poder, articulando valores morais, tradição clássica e teologia cristã, mais do que simples designação funcional.

MATERIAIS E MÉTODOS

A investigação analisa os três primeiros discursos do Livro V de *Arte de Reynar*, onde o vocábulo “conselheiro” é mais recorrente. O percurso metodológico compreende: (1) leitura analítica e mapeamento lexical, identificando todas as ocorrências de “conselheiro” e termos correlatos (ministros, vassallos etc.); (2) exame

semântico-retórico, localizando *topoi* como prudência, fidelidade, ciência do bem comum e temor de Deus, que legitimam a função do conselheiro; (3) diálogo intertextual com a tradição aristotélica e com os estudos de João Adolfo Hansen e Ana Isabel Buescu. Segue-se a perspectiva histórico-discursiva de Hansen (2006), para quem a linguagem é prática histórica e adquire sentido dentro das instituições e valores de seu tempo. De Buescu (1996) adota-se a noção de “pedagogia especular”, segundo a qual os *specula principis* instruem e moldam a conduta de governantes e cortesãos. Por fim, o diálogo com Aristóteles — especialmente *Arte Retórica* e *Ética a Nicômaco* — permite compreender a articulação entre prudência (virtude moral) e discurso deliberativo (gênero retórico orientado para decisões futuras) que Perada mobiliza para fundamentar o governo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados evidenciam que o conselheiro é descrito como mediador indispensável entre rei e reino, unindo saber prático e moralidade cristã. Perada afirma: “Das pessoas mais que das leis depende a felicidade da república, razão por que o príncipe deve aconselhar-se com muitos, para acertar melhor” (Livro V, Discurso 1). A estabilidade do Estado, portanto, depende menos de normas escritas e mais da prudência de homens sábios — condição essencial no contexto da Restauração, quando Portugal necessitava de decisões rápidas e virtuosas. O autor exige franqueza e utilidade: “Nunca aconselheis a vontade de quem recebe o conselho, porque a substância do conselho não está em ser agradável, mas em ser proveitoso” (Discurso 3).

O conselheiro ideal deve dizer a verdade, ainda que desagrade ao soberano, mostrando que a prudência é virtude régia por excelência. Perada também ecoa Aristóteles ao valorizar a deliberação coletiva: “Razões de que Aristóteles em diversos lugares usa [...] para mostrar que importava pouco ser o príncipe de pouca idade se governasse com um conselho de muitos, porque mais facilmente acertaria sendo aconselhado com muitos velhos que se governando por seu parecer ainda que fosse velho” (Discurso 1). A boa decisão política não depende da idade do rei, mas da capacidade de ouvir conselheiros experientes; a prudência torna-se, assim, virtude compartilhada.

Além da herança clássica, o texto reforça a legitimação cristã do cargo: “Na Escritura Sagrada temos alguns casos que nos dão ocasião a termos por prejudicial o conselho dos vassallos e ainda dos amigos e parentes, se o rei Davi seguira o conselho dos seus quando lhe persuadiam que matasse a Saul [...] não há dúvida que

ficaria de pior condição; antes seguiu seu próprio parecer, contentando-se de cortar uma ponta da capa de Saul por causa de Deus, mas o ajudar e fazer digno da coroa real” (Discurso 1). A prudência política é, portanto, inseparável do temor de Deus, e a autoridade do conselheiro só se completa quando fundamentada na moral cristã.

Perada adverte ainda para os riscos da corrupção: “Há homens que tomam o conselho por instrumento de sua vingança e, com palavras cheias de amor, encobrem um coração cheio de ódio” (Discurso 1). O conselho é indispensável, mas arriscado; o príncipe deve vigiar a escolha de seus ministros, pois deles depende o bem comum. Essa ambivalência — confiança e suspeita — traduz a tensão entre tradição clássica e teologia política, entre prudência humana e providência divina. O vocábulo “conselheiro” revela-se, assim, peça-chave para compreender como a monarquia portuguesa recém-restaurada conciliou virtude, retórica e soberania.

CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES

O estudo demonstra que, em *Arte de Reynar*, “conselheiro” não é mero cargo administrativo, mas operador de poder que une prudência, fidelidade e fé. A análise lexical evidencia a fusão entre política e religião no século XVII e mostra como a escolha de um vocábulo pode legitimar a autoridade régia e sustentar o governo de D. João IV.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ARISTÓTELES. *Arte Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998.
2. BUESCU, Ana Isabel. *Imagens do príncipe: Discurso normativo e representação (1525–1549)*. Lisboa: Cosmos, 1996.
3. HANSEN, João Adolfo. *Alegoria: construção e interpretação da metáfora*. São Paulo: Hedra, 2006.
4. PERADA, Antonio de Carvalho. *Arte de Reynar*. Bucelas: Paulo Crasbeck, 1644.